

<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>	
<b>DADOS DA CONSULTORIA</b>	
<b>Função no Projeto:</b>	Contratação de consultoria especializada para a elaboração de estudo sobre a evolução da rede de atores envolvidos na temática do tráfico de pessoas
<b>Nosso número:</b>	004.2014
<b>Resultado:</b>	Resultado 2.2. Redes de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas fortalecidas
<b>Atividades:</b>	2.2.2. Mapear e mobilizar rede de atores envolvidos com a temática de tráfico de pessoas
<b>Antecedentes: (breve histórico justificando a contratação)</b>	<p>O contexto nacional vem sendo marcado por significativas transformações a partir da Constituição Federal de 1988 e ao longo da década de 1990, sobretudo, aquelas associadas à descentralização das políticas públicas no bojo da luta pela redemocratização nos anos 1970 e 1980. A partir da década de 1980, diversas iniciativas foram promovidas por governos locais no sentido de se estabelecer uma nova relação entre Estado e sociedade, a fim de superar o padrão de provisão estatal e a centralização na tomada de decisões e ampliar o envolvimento de atores na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.</p> <p>Nesse contexto, ganharam ênfase propostas de descentralização associadas à participação dos cidadãos na formulação e implementação das políticas públicas, as quais que envolveriam aspectos positivos como: a possibilidade de novas e melhores soluções para diferentes problemas; resultados mais justos; diluição de interesses individuais, publicização de discussões e; ainda, a possibilidade de geração de decisões mais legítimas. A participação passa a ser fomentada pelo próprio desenho da política pública por meio de diferentes formas de participação e mobilização que passaram a ser incorporadas nos processos de formulação e implementação de políticas públicas, como os conselhos, fóruns e conferências, constituindo-se espaços institucionalizados de discussão de propostas e deliberação de diretrizes para as políticas públicas.</p> <p>Ao longo das últimas décadas, estes processos têm produzido diferentes resultados nas políticas públicas e assim, visto que no campo do enfrentamento ao tráfico de pessoas a incorporação de processos participativos em nível nacional é recente e inovadora, ao envolver a comunidade de brasileiros no exterior, destaca-se a relevância da elaboração do presente estudo proposto.</p> <p>Pelo Decreto nº 5.017, o Brasil promulgou o Protocolo de Palermo contra o tráfico de pessoas. À sua ratificação, adveio, em 2006, o Decreto nº 5.948 que aprovou a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. Assim, ficaram estabelecidos os princípios, diretrizes e ações a serem desenvolvidos, que culminaram na elaboração do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, através do Decreto nº 6.347 em 2008. E em 2013, dando seguimento a esta Política, foi aprovado o II Plano Nacional, fruto de um amplo processo participativo ocorrido em 2011, que prevê como uma de suas atividades centrais a produção de dados sobre este fenômeno no Brasil.</p> <p>Assim, deverá ser contratada consultoria especializada para elaboração de estudo sobre a evolução da rede de atores envolvidos na temática do enfrentamento ao tráfico de pessoas no país, identificando mudanças no padrão relacional desses atores antes e depois do início do processo de elaboração do II Plano e na configuração do campo visando identificar o grau de crescimento, mobilização e capital social gerado esta para a política pública, bem como os impactos gerados pela cooperação técnica internacional estabelecida ao longo da última década com o UNODC.</p>

<b>Descrição das Atividades:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Elaborar delineamento metodológico (procedimentos de coleta, sistematização e análise de dados) do projeto.</li> <li>2. Fazer a análise documental e entrevistas exploratórias com informantes qualificados para contextualizar e caracterizar o campo e o desenho institucional da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas no período anterior ao início do processo de elaboração do II Plano</li> <li>3. Coletar dados sobre a rede dos atores do campo da política no período anterior início do processo de elaboração do II Plano (T1) a partir de entrevistas de coleta de informações sociométricas com os representantes do CONATRAP, ONGs, Grupo Interministerial, Tripartite entre outros atores para construção e análise da rede.</li> <li>4. Coletar dados sociométricos para construção e análise da rede posterior a início do processo de elaboração do II Plano (T2), de modo a captar a modificação do padrão de interação dos atores.</li> <li>5. eSistematizar os dados da rede em T1 e T2 e submetê-los a técnicas estatísticas e de análise de redes sociais de modo a comparar a evolução do padrão de interação dos atores.</li> <li>6. Criar indicadores sobre as características gerais e de coesão da rede em T1 e T2 e de ilustrações gráficas (sociogramas) para avaliação dos efeitos na configuração e no desenho institucional da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas.</li> </ol>		
<b>Qualificações profissionais:</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>a) Nível superior com pós-graduação <i>strictu sensu</i> em temática afim à pesquisa proposta;</li> <li>b) Experiência de no mínimo 06 anos em estudos e projetos acadêmicos e de pesquisa aplicada na área de políticas públicas e/ou análise de redes sociais.</li> <li>c) Realização de no mínimo 02 pesquisas com a utilização da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS)</li> <li>d) Desejável conhecimento no tema tráfico de pessoas, migrações ou direitos humanos</li> </ol>		
<b>Insumos:</b>	Diárias e passagens		
<b>Nome do Supervisor:</b>	Heloisa Greco Alves		
<b>Cargo do Supervisor:</b>	Coordenadora do Projeto		
<b>Localidade do Trabalho:</b>	Brasília - DF		
<b>Data de início:</b>	20/02/2014		
<b>Data final:</b>	20/08/2014		
<b>Produto</b>			
<b>Descrição</b>	<b>Valor</b>	<b>Percentual</b>	<b>Data prevista para entrega do produto</b>
<b>Produto 1</b> – Projeto de pesquisa com delineamento metodológico, planejamento e cronograma	R\$ 4.5000,00	10%	45 dias após contrato
<b>Produto 2</b> – Relatório analítico das redes sociais do campo dos atores da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas: atendentes do início do processo de elaboração do II Plano	R\$ 9.000,00	20%	90 dias após contrato
<b>Produto 3</b> – Relatório Final com indicadores sobre as características gerais e de coesão da rede em	R\$ 25.500,00	70%	160 dias após contrato

T1 e T2 e ilustrações gráficas (sociogramas) para avaliação dos efeitos na configuração e no desenho institucional da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, incluindo versão sintética da pesquisa e resultados para fins de divulgação.			
<b>Total</b>	<b>R\$ 45.000,00</b>		
<b>Remuneração</b>			
<b>Valor total do(s) serviço(s):</b>	R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)		
<b>Observação:</b>	Todos os produtos deverão ser entregues respeitando a norma culta da língua portuguesa.		
<b>Número de parcelas:</b>	3 parcelas		
<b>Linha orçamentária:</b>			
<b>Critérios para seleção:</b>	<p>O processo seletivo simplificado de que trata este termo de referência será constituído de duas fases: <b>Fase 1:</b> Análise de Currículos e formulários de resumo de currículo (disponível no link: <a href="http://www.portal.mj.gov.br/traficodepessoas">www.portal.mj.gov.br/traficodepessoas</a>) ; e, <b>Fase 2:</b> Entrevista, a ser realizada com os candidatos que atendam aos requisitos da fase 1. As entrevistas serão realizadas em Brasília-DF. Os candidatos que não residam em Brasília poderão participar da fase 2 por meio de entrevista telefônica ou por skype. As entrevistas serão agendadas por meio eletrônico estabelecendo o <b>prazo de dois dias úteis</b> para confirmar a sua participação, sob pena de desclassificação do processo seletivo.</p> <p><b>Todos os candidatos selecionados para a fase 2 deverão apresentar documentação comprobatória da experiência profissional e da formação acadêmica exigida na fase 1, no momento da entrevista.</b></p> <p><b>No caso de a entrevista ser realizada por telefone, o candidato deverá enviar até o dia anterior à entrevista toda a documentação para o email: <a href="mailto:etp.prodoc@mj.gov.br">etp.prodoc@mj.gov.br</a></b></p> <p><b>Fase 1: Análise de Currículos</b>  <b>Critérios Obrigatórios (Pontuação Cumulativa – máximo 10 pontos):</b></p> <p>1) Nível superior com pós-graduação <i>strictu sensu</i> em temática afim à pesquisa proposta; Atende  Não Atende  - mestrado – 2 pontos  - doutorado – 4 pontos</p> <p>2) Experiência de no mínimo 06 anos em estudos e projetos acadêmicos e de pesquisa aplicada na área de políticas públicas e/ou análise de redes sociais.  Atende  Não Atende  - 1 ponto para candidatos com mais de seis anos e até oito anos;  - 2 pontos para candidatos mais de oito anos e até dez anos;  - 3 pontos para candidatos com mais de dez anos de experiência</p> <p>3) Realização de no mínimo 02 pesquisas com a utilização da metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS)Atende  Atende  Não Atende  - 0,5 ponto por publicação adicional às duas exigidas comprovada, até o máximo de 03 pontos.</p>		

	<p><b>Critérios desejáveis:</b></p> <p>4) Desejável conhecimento no tema tráfico de pessoas, migrações ou direitos humanos Atende          Não Atende          - 1 ponto, se atender</p> <p><b>Fase 2: Entrevista</b>  <b>Perguntas guidoras da fase de entrevista:</b></p> <p><i>2.1. Perguntas relativas à experiência do candidato.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Esclarecimento de dúvidas surgidas na análise do currículo do candidato.</li> <li>- Como foi realizado o trabalho X, elencado no seu currículo?</li> <li>- Como você realizaria os produtos previstos na presente consultoria?</li> <li>- Qual a metodologia que você pretende utilizar para construir os produtos previstos?</li> <li>- Quais as principais dificuldades que você entende haver para se construir os produtos previstos na presente consultoria?</li> </ul> <p><i>2.2. Perguntas ligadas a questões legais/operacionais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Você é servidor público?</li> <li>- Você foi ou encontra-se contratado atualmente por projeto de cooperação técnica internacional? Em caso positivo: quando encerrou-se o contrato ou até quando dura seu contrato? Quem era a agência executora e o organismo internacional vinculados ao projeto?</li> <li>- Tem disponibilidade para o trabalho e viagens?</li> <li>- Tem interesse no valor da consultoria?</li> <li>- Mora em Brasília/DF ou pretende morar na cidade durante o período da consultoria?</li> <li>- Apresenta clareza na apresentação das ideias (capacidade argumentativa, raciocínio lógico, discurso coerente e coeso)?</li> </ul> <p><b>Desempate:</b> Em caso de empate será considerada a maior pontuação nos critérios obrigatórios.</p>
<p>Em atenção às disposições do Decreto nº 5.151, de 22/07/2004, é vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como empregados de suas subsidiárias ou controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional.</p>	
<p>Os pagamentos serão feitos após apresentação e aprovação dos produtos, atestados pela área demandante e pela Direção do Projeto.</p> <p>A execução dos trabalhos previstos neste Termo de Referência não implica em qualquer relação de emprego ou vínculo trabalhista, sendo, portanto, regido sem subordinação jurídica, conforme prevê o parágrafo 9º do art. 4º do Decreto nº 5.151/2004.</p>	

## Memória de Cálculo – Pessoa Física

Consultoria	Estudo adensamento rede
Perfil	Pleno

### Conta Contábil - Detalhamento da remuneração

<b>Produtos:</b>	<b>Horas/ Dias</b>	<b>Valor da hora:</b>	<b>Valor Total R\$</b>
<b>Produto 1</b> – Projeto de pesquisa com delineamento metodológico, planejamento e cronograma	45 horas	R\$ 100,00	R\$ 4.5000,00
<b>Produto 2</b> – Relatório analítico das redes sociais do campo dos atores da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas: antedentes do <b>início do processo de elaboração do II Plano</b>	90 horas	R\$ 100,00	R\$ 9.000,00
<b>Produto 3</b> – Relatório Final com indicadores sobre as características gerais e de coesão da rede em T1 e T2 e ilustrações gráficas (sociogramas) para avaliação dos efeitos na configuração e no desenho institucional da política nacional de enfrentamento ao tráfico de pessoas, incluindo versão sintética da pesquisa e resultados para fins de divulgação.	255 horas	R\$ 100,00	R\$ 25.500,00

**Fonte de Pesquisa:** Para calcular os valores dos produtos utilizou-se como parâmetro a média dos valores das tabelas do Instituto Brasileiro dos Consultores de Organização (IBCO) e da UNESCO para Consultoria Pleno– valor hora na cidade base (R\$ 100,00).